



Anexo

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO Nº 54/2020 - ELETRÔNICO**CAPÍTULO I. DO OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a aquisição de Solução de Segurança para Datacenter (informática), doravante denominada solução, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

A aquisição da solução será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.

CAPÍTULO II. DAS SOLUÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. A descrição da solução a ser adquirida, respectiva quantidade e preço máximo admitido pelo TRE/MS, estão indicados abaixo.

Item 1 - Solução de Segurança para Datacenter				
Subitem	Descrição	Qtde (Unidade)	Preço Unitário Máximo Estimado	Preço Máximo Total Estimado
1.1	Licença do software Trend Micro Deep Security Enterprise para proteger 1 VM/Máquina Física/Container (Anti-Malware, Network Security e System Security). Instalação do tipo "on-premise", com direito a atualizações e suporte on-site em horário comercial (5x8) por 24 meses (PN: DXNA0614).	50 (licença)	R\$ 6.480,00	R\$ 324.000,00
1.2	Licença de Trend Micro Deep Security Smart Check - Container Image Security para até 1 Contêiner Registries. Instalação do tipo "on-premise", com direito a atualizações e suporte on-site em horário comercial (5x8) por 24 meses (PN: DKNA0005).	1 (licença)	R\$ 109.500,00	R\$ 109.500,00
1.3	88 horas de Serviço especializado da contratada para implementação "in loco" do subitem 1 e do subitem 2 acima;	1	R\$ 29.536,00	R\$ 29.536,00
1.4	40 horas de Treinamento e repasse de conhecimento presenciais, fornecidos pela contratada nas dependências do TRE-MS abordando toda a solução, para até 5 alunos.	1	R\$ 29.350,00	R\$ 29.350,00
VALOR TOTAL				R\$ 492.386,00

Intervalo mínimo entre os lances, sobre o valor total	R\$ 100,00
---	------------

1.1. Em caso de divergência entre a descrição da solução indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. Para esta aquisição não haverá parcelamento do objeto, pois o sucesso da implantação da Solução (uso integral de toda a potencialidade de aumento da segurança da Solução), depende de cada componente da Solução a ser adquirida, sejam eles componentes principais ou acessórios. Portanto, faz-se necessário o agrupamento para garantir o uso por completo do que venha a ser adquirido, evitando assim, que componentes da Solução venham a ser adquiridos e não utilizados (ou utilizados de forma precária);

3. A indicação do software para o item 1 se dá porque o TRE-MS já utiliza Solução para Proteção de Endpoints da fabricante Trend Micro como parte da sua estratégia de segurança. Dessa forma, busca-se o aperfeiçoamento da solução de segurança, por meio da expansão de soluções de segurança da fabricante. Possibilitando assim ao TRE, uma condição de segurança em 360 graus, protegendo desde o desktop do servidor, até a infraestrutura complexa e robusta de Datacenter a partir de uma console única de gestão e análise. Com esse nível de proteção, objetiva-se a proteção contra vulnerabilidades até mesmos desconhecidas, uma vez que a tecnologia de "patches virtuais" bloqueia a vulnerabilidade de softwares de terceiros, os quais estão em operação nos servidores. Além disso, ocorre o fato de que, caso alguma máquina seja explorada, o acesso não conseguirá

obter privilégios em outros ambientes, ficando protegido até a completa resolução do problema. É importante destacar ainda que os produtos Trend Micro estão no quadrante do Gartner como líderes para Solução de Segurança para Endpoints e Datacenter e que cumpre seus objetivos de forma satisfatória. Por último, a contratação em questão está alinhada com o PDTI do TRE-MS, como pode ser verificado no item “2.4.2 ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO” do Estudo Preliminar desta contratação.

4. Todas as novas licenças adquiridas deverão ser perpétuas, isto é, após o final do prazo de garantia ou similar estipulado, o TRE-MS terá o direito de continuar utilizando o software sem restrições das funcionalidades. Porém, após o final do prazo de garantia, o TRE-MS não terá o direito a upgrades e atualizações de segurança.

CAPÍTULO III. DA ANÁLISE TÉCNICA DAS PROPOSTAS E EVENTUAIS AMOSTRAS

1. A análise técnica das propostas, quando necessária, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta o nome, a versão do software ofertado e o seu "Part Number".

2.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o software ofertado.

2.2. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar a desclassificação ou recusa da proposta.

3. O resultado da análise das propostas será informado às licitantes pelo Pregoeiro, através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET.

CAPÍTULO IV. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DAS SOLUÇÕES

1. Os softwares deverão ser entregues na Secretaria de Tecnologia da Informação, sita na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 – Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, no horário de 12h às 18h, de segunda à sexta feira.

1.1. Nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, quando cabível, para os produtos importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.

1.2. A entrega poderá ser realizada mediante fornecimento do “código de ativação” ou equivalente, viabilizando o recebimento através de download no sítio do fornecedor/fabricante, neste caso, os documentos exigidos na cláusula 1.1 acima deverão ser enviados juntamente com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.

2. O PRAZO MÁXIMO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE TODA A SOLUÇÃO é de, no máximo, 60 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho e/ou da requisição de fornecimento.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com os prazos de entrega estabelecidos, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

3.2 Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas neste termo de referência.

6. O recebimento provisório e definitivo do software que compõem a solução ficarão a cargo da equipe de apoio à contratação, conforme descrito a seguir.

7. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) os softwares deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da nome e versão na embalagem e/ou na própria mídia, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do software ou, no caso de fornecimento de “código de ativação” ou equivalente, indicação do sítio na Internet e dos procedimentos necessários para realizar o download

b) quantidade entregue

c) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do software entregue, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento

provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) correspondência de nome e versão do software com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora
- b) compatibilidade do software entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora
- c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário
- d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

12. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

12.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

CAPÍTULO V. GARANTIA

1. Os chamados de suporte técnico serão classificados tendo como referência os níveis de severidade apresentados abaixo:

NÍVEIS DE SEVERIDADE	
Nível	Descrição
1	Serviço totalmente indisponível
2	Serviços parcialmente indisponíveis, com degradação de desempenho/funcionalidade ou com ocorrência de mau funcionamento
3	Serviços disponíveis com ocorrência de alarmes
4	Consultas sobre problemas, dúvidas gerais sobre a execução de configurações, orientações para administração da solução, e demais questionamentos sobre a utilização da solução.

2. A Contratada deverá atender aos chamados respeitando os prazos apresentados na tabela abaixo:

Prazos para Respostas				
	1	2	3	4
Início do atendimento	2 horas	4 horas	8 horas	12 horas
Solução provisória	24 horas	48 horas	72 horas	96 horas
Término do atendimento	72 horas	96 horas	120 horas	240 horas

3. Observações quanto à garantia:

3.1. Início do Atendimento: Horas úteis decorridas entre a abertura do chamado técnico pela CONTRATANTE e o primeiro contato do técnico da CONTRATADA;

3.2. Solução Provisória: Horas úteis decorridas entre o início do chamado técnico e a apresentação da solução provisória. Entenda-se por solução provisória uma alternativa que viabilize o funcionamento dos sistemas do TRE-MS até que o problema seja tratado em definitivo;

3.3. Término do Atendimento: Horas úteis decorridas entre o início do chamado técnico e a conclusão do atendimento do chamado técnico pela CONTRATANTE.

4. Caso o problema identificado, por questão de viabilidade técnica, necessite de mais tempo para apresentar uma solução definitiva, este deverá ser solicitado juntamente com as motivações para o novo prazo, que serão submetidos para avaliação pelos técnicos da Seção de Suporte Operacional, que poderão optar por conceder ou não o prazo com base na justificativa apresentada.

5. O atendimento da demanda somente será considerado concluído após o de acordo do

demandante do chamado da CONTRATANTE. Caso a CONTRATANTE não confirme a conclusão do atendimento, este permanecerá aberto. Nesse caso, a CONTRATANTE fornecerá informações sobre as pendências a serem resolvidas.

6. O nível de severidade poderá ser reclassificado, quando necessário. Caso isso ocorra, haverá nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade, a partir do momento da ciência à CONTRATADA por meio dos canais de atendimento disponibilizados.

CAPÍTULO VI. DA FISCALIZAÇÃO

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativos ao fornecimento da solução ficarão a cargo da equipe de apoio à contratação.

2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:

- a) acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos softwares pela empresa contratada
- b) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, solicitando, se couber, a imediata correção por parte da contratada
- c) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada
- d) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento e/ou aplicação de penalidades previstas
- e) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento
- f) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

CAPÍTULO VII. DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do nome e versão do software e/ou do serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

CAPÍTULO VIII. DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em etapas: a) entrega das licenças; b) implementação das licenças, e c) realização do treinamento.

1.1. Após cada etapa, a fiscalização atestará o recebimento definitivo e encaminhará a nota fiscal/fatura para pagamento.

2. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.

3. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista (CNDT).

4. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:

- a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL), Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

5. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da parcela em atraso $I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$.

CAPÍTULO IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As Sanções administrativas constam da minuta do contrato.

CAPÍTULO X. DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE-MS

1. Requisitar o fornecimento da solução, na forma prevista neste Termo de Referência

(Anexo I).

2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XI. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento e os serviços acessórios decorrentes desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência (Anexo I).
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.

CAPÍTULO XII. DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)

O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão a eventual aquisição futura de Solução de Segurança para Datacenter, a ser implantada no TRE-MS.

A) MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Atualmente o TRE-MS não possui visibilidade adequada da parte de segurança dos sistemas hospedados no Datacenter do TRE-MS. O que há apenas é uma solução de antivírus em servidores Windows, o que se mostra insuficiente, como pode ser visto em boas práticas de Segurança da Informação, como por exemplo a ISO 27001.

A Resolução CNJ nº 211/2015 pede que : "Art. 24. O nivelamento da infraestrutura de TIC deverá obedecer aos seguintes requisitos mínimos: ... VII - 1 (um) ambiente de processamento central (DataCenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais, que abrigue os equipamentos principais de processamento e de armazenamento de dados; de segurança e ativos de rede centrais, para maximizar a segurança e a disponibilidade dos serviços essenciais e de sistemas estratégicos do órgão".

Acredita-se ser necessário realizar estudo e em seguida fornecer uma solução que ajude a dar respostas rápidas contra ataques cibernéticos e ao mesmo tempo, garantir a proteção dos dados pessoais como determina a LGPD. A implantação de uma ferramenta que atua nessa área irá fazer com que seja possível a adoção das repostas com a velocidade necessária.

B e C) OBJETIVOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS:

- Atender requisito mínimo da resolução CNJ nº 211/2015 (Artigo 24, parágrafo VII - conforme justificativa acima);
- Garantir a proteção dos dados pessoais dos usuários através de: proteção contra ataques cibernéticos, tais como malwares e ransomwares em servidores; inspeção de logs e monitoramento de integridade de arquivos e de bibliotecas utilizadas no desenvolvimento de aplicações do TRE-MS, conforme LGPD;
- Adquirir e implantar ferramenta de segurança para Datacenter até agosto/2020;
- Garantindo assim maior proteção aos dados hospedados no Datacenter do TRE-MS, sobretudo aos dados dos usuários.

D) ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO:

A Solução escolhida atende às necessidades do Órgão quando contribui para atender às necessidades de TI uma vez que melhora o indicador: "Segurança da informação, infraestrutura de processamento e aplicativos", constante do PETI do TRE-MS.

E) Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI 0000662-80.2020.6.12.8000.

F) RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A SER CONTRATADA:

A demanda prevista é a aquisição de solução de segurança, bem como melhoria da segurança da informação.

A demanda a ser contratada é igual à quantidade prevista, e tem o intuito de apresentar solução definitiva ao problema apresentado neste estudo e implantá-la em tempo hábil.

G) SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO:

Solução de Segurança para Datacenter: O TRE-MS já utiliza Solução para Proteção de Endpoints Trend Micro como parte da sua estratégia de segurança. Buscar por aperfeiçoar a solução de segurança específica para Data Center, por meio da expansão de soluções de segurança da fabricante é possibilitar ao TRE uma condição de segurança em 360 graus, protegendo desde o desktop do servidor, até a infraestrutura robusta de Datacenter, e a partir de uma console única de gestão e análise. Com esse nível de proteção, objetiva-se a proteção contra vulnerabilidades até mesmos desconhecidas, uma vez que a tecnologia de “patches virtuais” bloqueia a vulnerabilidade de softwares de terceiros, os quais estão em operação nos servidores. Além disso, ocorre o fato de que, caso alguma máquina seja explorada, o acesso não conseguirá obter privilégios em outros ambientes, ficando protegido até a completa resolução do problema. É importante destacar que os produtos Trend Micro estão no quadrante do Gartner como líderes para Solução de Endpoints e Datacenter e que cumpre seus objetivos de forma satisfatória. A contratação em questão está alinhada com o PDTI, como pode ser verificado no item “2.4.2 ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO” deste estudo. Desta forma, a equipe de contratação entende que justifica-se a especificação dos software pelo seu nome ou código (“Part Number”), prática comum, como pode ser observado no item “Contratações Públicas Similares” (item 2.1.2 dos Estudos Preliminares).

H) O objeto do certame enquadra-se como aquisição de software (44.90.40), de natureza comum no mercado.

I) Para esta aquisição não haverá parcelamento do objeto.

Para o item 01, também não haverá a aplicação da cota para ME/EPP, pois o sucesso da implantação da Solução (uso integral de toda a potencialidade de aumento da segurança da Solução), depende de cada componente da Solução a ser adquirida, sejam eles componentes principais ou acessórios. Portanto, faz-se necessário o agrupamento para garantir o uso por completo do que venha a ser adquirido, evitando assim, que componentes da Solução venham a ser adquiridos e não utilizados (ou utilizados de forma precária);

J) O software apresenta especificação comum no mercado, tratando-se, portanto, de material comum, cujo padrão de desempenho e de qualidade foram objetivamente definidos, conforme previsto no § 2º do art. 3º do Decreto 3.555/2000. Sendo assim, a contratação se dará na modalidade de Pregão, nos termos da Lei 10.520/2002, na sua forma Eletrônica, que está regulada pelo Decreto 10.024/2019, satisfazendo-se, desse modo, os comandos contidos no caput e no § 1º do art. 1º do mencionado Decreto. Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. § 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória. No que tange à escolha do tipo de licitação, por se tratar de materiais comuns, padronizados e facilmente encontrados no mercado, não resta outra opção a não ser o do tipo MENOR PREÇO. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão da possível indisponibilidade orçamentária no presente exercício. Havendo disponibilidade os itens serão adquiridos dentro do prazo de vigência da ata. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para o material que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, deverá ser praticado pela empresa vencedora. A forma e o critério de seleção do fornecedor já se encontra indicada no Capítulo I (Pregão/menor preço); sendo que na fase de habilitação será exigida a comprovação da regularidade perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Justiça do Trabalho, além de Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

K) O TRE-MS já possui equipamentos adequados para a instalação da solução, não causando impacto ambiental.

L) Não há conformidade técnica ou legal a ser exigida nesta contratação.

M) As obrigações contratuais, os papéis a serem desempenhados por cada envolvido na contratação e a dinâmica do fornecimento constam deste Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços a ser lavrada oportunamente pela Seção de Contratos. Da transferência de conhecimento e dependência técnica: o TRE-MS possuirá independência tecnológica de operacionalização (haverá repasse de conhecimento). A equipe técnica que executará os serviços acessórios deverá possuir no mínimo um integrante com certificação do fabricante da solução no software Trend Micro Deep Security. A certificação deverá ser fornecida no momento da implantação da respectiva solução. Nesta contratação serão adotados os modelos (templates) já utilizados por este Tribunal, no presente caso citamos a minuta da ata de registro de preços, minuta do modelo de identificação complementar do licitante. A descrição dos direitos de propriedade intelectual e autorais dos produtos gerados não se aplicam neste caso, uma vez que este certame não visa desenvolvimento de software, mas somente a solução.



Documento assinado eletronicamente por SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário, em 26/10/2020, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



informando o código verificador **0924305** e o código CRC **4919015A**.

0000662-80.2020.6.12.8000

0924305v2